



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

MEMÓRIA DE REUNIÃO Nº CJF-MRU-2018/00024

Brasília, 09 de março de 2018.

Objetivo da reunião: 22ª REUNIÃO CGI
Horário e local: 10:00 - Sala de Reunião da CG
Assunto: Planejamento estratégico

Participantes	Função/Cargo	Unidade
Cleberon José Rocha	MAGISTRADO	SG
Eva Maria Ferreira Barros	DIRETOR-GERAL	DG
Gustavo Bicalho Ferreira da Silva	SECRETARIO	SPO
Jean Carlo Batista de Oliveira	SUBSECRETARIO	SUPEC
Lucio Castelo Branco	SECRETARIO	SAE
William Santos	CHEFE DE GABINETE	GAB-SG
Ivan Gomes Bonifácio	SECRETARIO	SEG
André Ricardo Lapetina Chiaratto	SECRETARIO	STI
Juliana Nunes Batista de Lima França	ASSESSOR B	ASIMP
Jaqueline Aparecida Correia de Mello	SECRETARIO	SCE
Jesse Andros Pires de Castilho	SECRETARIO	SCI
Misael Guerra Pessoa de Andrade	SECRETARIO	SAD
Evilane Prata Antunes Ribeiro Martins	DIRETOR DE DIVISÃO	DIAFE
Viviane da Costa Leite Bortolini	SECRETARIO	STU
Marcos Cavalcanti Pimenta	ASSESSOR B	ASJUR
Marcos Antônio Kronenberger	Supervisor de Setor	SUEST
Edimilson Cavalcante de Oliveira	Subsecretário de Modernização da Gestão	SUMOG



Assinado digitalmente por IVAN GOMES BONIFACIO.
Documento Nº: 1585095-6698 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar>

Classif. documental | 00.04.00.01



CJFMRU201800024A

Rodrigo Vasconcellos Chebi	Assesser-chefe	ASESP-SG
Marcos Teixeira	Chefe da Seção de Gestão de Projetos	SEGESP
Cleide Sousa de Oliveira	Chefe de Gabinete	DG

Pauta

1. Desativação da Estação de Tratamento da Água para reuso.

Após as boas vindas do Juiz Federal Cleberson José Rocha, Secretário Geral do CJF, a palavra foi passada ao Secretário de Estratégia e Governança, Ivan Gomes Bonifácio, que apresentou o item pendente da pauta da reunião anterior "Desativação da Estação de Tratamento da Água para reuso". O Secretário de Arquitetura e Engenharia, Lúcio Castelo Branco, apresentou os motivos para a desativação parcial da estação de tratamento de água, considerando que o volume de água tratada é irrelevante frente ao consumo total do prédio, além do alto custo de manutenção da estação. Após considerações de alguns secretários, a proposta foi aprovada por unanimidade.

2. Desempenho das metas 2017

O Secretário de Estratégia e Governança, Ivan Gomes Bonifácio, apresentou um quadro geral de cumprimento das metas estratégicas de 2017, parabenizando as unidades do CJF que as cumpriram. A seguir, passou a apresentar as metas que não foram cumpridas em 2017. Em relação a Meta 4 - "Implantar pelo menos um produto ou serviço novo, por ano, para a Justiça Federal", apenas as secretarias de Planejamento e Orçamento e de Controle Interno não conseguiram atingir a meta. Os secretários da SPO e da SCI informaram que os trabalhos realizados em suas unidades são muito repetitivos e isso dificulta implantação de produto ou serviço novo. O Secretário de Controle Interno, comentou que a implantação da nova estrutura, com foco na atividade de Auditoria, é a inovação prevista para 2018. Na SPO, foi comentado que está em curso o desenvolvimento do Sistema de Captação de Demandas Orçamentárias, que também deve modernizar a atuação dessa Secretaria no ano em curso. Quanto a Meta 12 - "Reduzir o tempo do trâmite dos processos administrativos", o tempo para o processamento das aposentadorias, adicional de qualificação e acerto de contas está abaixo do definido como meta, sendo o de aposentadoria o mais crítico. Um dos fatores que contribuiu para o baixo desempenho dos processos de gestão de pessoas foi a redução, nos níveis estratégico e tático, do quadro de servidores lotados na unidade responsável por estes procedimentos. Ademais, a unidade alega que, em muitos casos, os requerentes dos serviços deixam de apresentar documentação ou de cumprir exigências, retardando a conclusão do processo. Nesse contexto, a meta será ajustada em 2018, para expurgar o tempo relativo ao cumprimento de pendências do requerente e, paralelamente, deverão ser desenvolvidas campanhas de orientação ao servidor para que tomem providências prévias ao pedido do benefício. Em relação a Meta 16 - "Capacitar, anualmente, 100% dos gestores do CJF indicados pela Secretaria de Gestão de Pessoas", o desafio proposto pela meta era capacitar 87 gestores, porém apenas 27 foram capacitados. A Secretária do Centro de Estudos, Jaqueline Aparecida Correia de Mello, informou que vários cursos foram oferecidos em 2017 e, que apesar da ampla divulgação não houve adesão. A Secretária informou, ainda, que os recursos orçamentários para 2018 estão escassos e, por isso, não tem como atender os gestores remanescentes. A sugestão é que estes gestores realizem cursos de gestão externos e que



apresentem os certificados.

3. Laboratório de estatística preditiva e inteligência artificial

O Secretário de Estratégia e Governança, Ivan Gomes Bonifácio, apresentou a proposta de projeto Laboratório de estatística preditiva e inteligência artificial, e informou que o mesmo está sendo desenvolvido na Assessoria Especial de Inovação e Gestão da Informação - ASESP-IGI em conjunto com a Turma Nacional de Uniformização - TNU. Esclareceu que projeto já foi apresentado ao Ministro Corregedor, aos juízes da TNU e aos membros do Centro de Inteligência. O Secretário sugeriu aprovar a iniciativa como projeto do Conselho e após esta experiência convertê-lo em projeto nacional. O Secretário-Geral, Dr. Cleberon José Rocha, informou que os tribunais querem criar laboratórios de inovação e questionou se não seria o caso de aprovar este projeto como nacional. Ivan informou que, sobre esse aspecto, o Ministro Corregedor havia se prontificado a consultar os demais Presidentes sobre o andamento da iniciativa na TNU. O Secretário de Tecnologia da Informação, André Ricardo Lapetina Chiaratto, frisou a importância de tratar o projeto como nacional, visando instituir equipe e definir escopo.

4. SAD - Sustentabilidade - PLS e Proposta de ajuste das metas

O Secretário de Administração, Misael Guerra Pessoa de Andrade, solicitou que o tema Sustentabilidade se tornasse permanente da pauta da Reunião do CGI, uma vez que os membros deste Comitê é o mesmo do Comitê de Sustentabilidade. Em seguida ele apresentou proposta de ajustes das metas e alteração da portaria do Plano de Logística Sustentável - PLS. O Secretário ficou de encaminhar as propostas por e-mail aos secretários, que terão até o dia 02 de março para se manifestarem. Na ocasião ficou mantida a meta 7 com a seguinte redação: "Cumprir 100% das metas de redução de gastos do Plano de Logística Sustentável."

5. STI - Ferramenta de Gestão de TI e Atualização de artefatos de TI

O Secretário de Tecnologia da Informação, André Ricardo Lapetina Chiaratto, informou que será disponibilizada na Intranet ferramenta de gestão para realizar o acompanhamento do status de todas as manutenções de sistemas de informação. Informou ainda do envio por e-mail aos secretários da Política de Utilização de Recursos de TI, visando adequá-la principalmente para uso de serviços em nuvem. Foi acordado o prazo do dia 02/03 para todos se manifestarem, visando o prosseguimento do processo. Foi solicitado à SEG verificar a conveniência de alterar a resolução CJF n. 313/2014, visando incluir ao CGI as atribuições da Comissão Local de Segurança da Informação, portaria CJF n. 45/2010, uma vez que os integrantes são os mesmos. Outro artefato que foi alterado (incluído novos itens) foi o Plano de Contratação de Soluções de TI - PCSTI-2018. Será enviado por e-mail aos secretários para todos se manifestarem até dia 05/03/2018. Em relação ao Anexo I do PDTI (levantamento das necessidades de soluções de TI), o STI informou que ainda faltavam 02 reuniões (STU e SCG) para consolidação das informações. Após a consolidação, o arquivo será enviado ao CGI por e-mail para validação e prosseguimento das ações.

6. Proposta de ajustes das metas

Ficou mantida a Meta 7 - Cumprir 100% das metas de redução de gastos do Plano de Logística Sustentável. Em relação a Meta 10 - Acompanhar 100% dos processos de trabalho do CJF elencados pelo controle interno como críticos (aquisição de TI, aposentadoria, reforma e pensão, suprimimento de fundos), ficou aprovada a proposta de exclusão da meta, uma vez que segundo o Secretário de Controle Interno, são atividades rotineiras dessa



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL



unidade de controle. A Meta 11 - Realizar, no mínimo, 4 auditorias até dezembro de 2017, constantes no plano anual de auditorias - foi ajustada para " Realizar 12 auditorias anuais obedecendo os prazos estabelecidos na portaria/ordem de serviço". Foi descontinuada a Meta 13 - Atingir em 2018 e 2020, o índice mínimo de 0,71 e 0,73 no questionário IGovTI no CJF, uma vez que o TCU não faz mais essa medição. A STI sugeriu a utilização do índice iGovTIC-JUD do CNJ em 2018 e 2020, bem como a manutenção dos índices mínimos de 0,71 e 0,73 (2018 e 2020 respectivamente). Quanto a Meta 14 - Atingir, até 2019, 70% de satisfação dos usuários, a meta foi ajustada para atingir, até 2019, 90% de satisfação dos usuários.



Assinado digitalmente por IVAN GOMES BONIFACIO.
Documento Nº: 1585095-6698 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL



Ref.	Próximas Ações	Responsável	Data Prevista
4.1	Encaminhar as propostas de ajustes da metas e de alteração na portaria do PLS	Misael Guerra Pessoa de Andrade	02/03/2018
5.1	Validação da Política de Utilização de Recursos de TI	Comissão Local de Segurança da Infomração - CLSI	02/03/2018
5.2	Enviar o Plano de Contratação de Soluções de TI - PCSTI	André Ricardo Lapetina Chiaratto	28/02/2018
5.3	Aprovar o Plano de Contratação de Soluções de TI - PCSTI	Comitê Gestor Institucional - CGI	05/03/2018
5.4	Enviar o Anexo I do PDTI	André Ricardo Lapetina Chiaratto	05/03/2018

IVAN GOMES BONIFÁCIO
SECRETARIO
SECRETARIA DE ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA



Assinado digitalmente por IVAN GOMES BONIFACIO.
Documento Nº: 1585095-6698 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar>

